



Informativo eletrônico da Biblioteca  
Procuradoria de Informação, Documentação  
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

# ALERTA BIBLIOGRÁFICO

# Alerta Bibliográfico

**Informativo eletrônico da Biblioteca  
Procuradoria de Informação, Documentação  
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

**ESAE**<sub>PGE-RS</sub>  
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO  
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Alerta Bib	Porto Alegre	n. 231	24 p.	dezembro 2022
------------	--------------	--------	-------	---------------

**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

**EDUARDO LEITE**  
Governador do Estado

**GABRIEL SOUZA**  
Vice-Governador do Estado

**Procuradoria-Geral do Estado**

**EDUARDO CUNHA DA COSTA**  
Procurador-Geral do Estado

**Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Pessoal**  
**Escola Superior de Advocacia de Estado Prof. Almiro do Couto e Silva**

**ERNESTO JOSÉ TONIOLO**  
Coordenador/Diretor

**Biblioteca**

**LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI**  
**LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER**  
**MARIA CARLA FERREIRA GARCIA**  
**MATILDA SCHÜTZ MINUZZO**  
Analista Bibliotecário Jurídico

Alerta Bibliográfico / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –  
N. 1 (2007)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2007-  
Mensal.

*Catálogo na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS*

**Procuradoria-Geral do Estado do RS**  
**PIDAP/BIBLIOTECA**  
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar  
90110-901 Porto Alegre/RS  
Fone: (51) 32881656  
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

## CATÁLOGO BIBLIOTECA DA PGE

---

<http://pgepaeph102/cgi-bin/wxis.exe?IscScript=phl84.xis&cipar=phl84.cip&lang=por>  
(Intranet-PGE-RS)

---

## LIVROS – AQUISIÇÕES

---

### SUMÁRIOS DEZEMBRO 2022

#### LIVRO DIGITAL

---

[Documento Eletrônico]

Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Relatório azul 2019/2020: a defesa dos direitos humanos no contexto da pandemia da Covid-19. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2021. 488 p. ISBN 9786587454085.

Disponível em: [https://ww2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=aMmLSpX\\_aMI%3d&tabid=5640](https://ww2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=aMmLSpX_aMI%3d&tabid=5640). Acesso em: 08 dez 2022.

[Documento Eletrônico]

Feira de Direitos Humanos da PGE-RS (3.:2020:Porto Alegre, RS). Olhares humanizados sobre os direitos: construção coletiva de escolas públicas e privadas gaúchas. / organizador: Jorge Luís Terra da Silva; colaboradores: Maristela Belloli Lorensi et al. Porto Alegre: PGE-RS/CDH, 2022. 232 p.

#### MINHA BIBLIOTECA

---

O acesso aos livros eletrônicos é realizado no **Portal do Usuário** com login (número da identificação funcional – sem o dígito de vínculo) e senha (6 números iniciais do CPF), a partir de qualquer dispositivo (computadores, tablets e smartphones) conectado à Internet, dentro ou fora da rede da PGE-RS.

Acesse a lista completa de novos títulos da M.B. - dezembro 2023:

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VM-](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VM-75e_gdEkJAR87sj7q3YA98WBHF1S/edit?usp=share_link&oid=103858129447028608053&rtpof=true&sd=true)

[75e\\_gdEkJAR87sj7q3YA98WBHF1S/edit?usp=share\\_link&oid=103858129447028608053&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1VM-75e_gdEkJAR87sj7q3YA98WBHF1S/edit?usp=share_link&oid=103858129447028608053&rtpof=true&sd=true)

BENITES, Norton Luis. **Responsabilidade Tributária de Grupos Econômicos**. São Paulo: Grupo Almedina, 2020. E-book. ISBN 9786556277585. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556277585>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Comentários ao código de processo civil (arts. 1º a 317). v.1**. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. ISBN 9788547219956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547219956>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. v.5.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. ISBN 9786553628373. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628373>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. v.4.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. ISBN 9786553628410. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628410>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. v.2.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. ISBN 9786553628458. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628458>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público.** São Paulo: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. ISBN 9786553627918. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627918>. Acesso em: 19 dez. 2022.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade. (Coleção português na prática).** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2020. *E-book*. ISBN 9786555201345. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555201345>. Acesso em: 19 dez. 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*. ISBN 9786559645770. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645770>. Acesso em: 19 dez. 2022.

NEGRÃO, Theotonio. **Código civil: edição especial.** São Paulo: Saraiva Jur, 2017. *E-book*. ISBN 9788547223533. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547223533>. Acesso em: 19 dez. 2022.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. v.1.** Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*. ISBN 9786559646579. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646579>. Acesso em: 19 dez. 2022.

---

## BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

Caso seja solicitado "**Entrar com o One Pass**", será preciso acessar o ProView no link: <https://proview.thomsonreuters.com/library.html?sponsor=PG-1>. Após este acesso, o link dos livros deve funcionar normalmente. Acesso restrito aos membros da PGE-RS.

## PERIÓDICOS

---

### SUMÁRIOS DEZEMBRO 2022

#### A & C- Revista de Direito Administrativo e Constitucional, n. 89

---

RAGONE, Sabrina. Constitucional identities and traditions: a conundrum for comparative lawyers. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 11-36, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

GARDIN, Sillia. Representación política y equilibrios de género en Italia. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 37-56, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

ARAUJO, Luiz Henrique Diniz. Constitutional law around the globe: selection of justices for the Supreme Court of Canada. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 57-73, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

LIMA, Fernando Rister de Sousa. Direito e a política nos julgamentos da Suprema Corte em direito à saúde. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 75-112, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

HIRSCH, Fábio Periandro de Almeida; SILVA, Jailce Campos e. O princípio da juridicidade e o controle judicial sobre o mérito dos atos administrativos discricionários na implementação das políticas sociais. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 113-141, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

PINHEIRO, Antônio Alex; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. A regulação por incentivo como uma alternativa de segurança jurídica em leilões de telefonia móvel. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 143-170, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Aspectos controvertidos da concessão de rodovias. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 171-190, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

JESUS, Thiago Vasconcellos; SILVA, Sandoval Alves da; LEAL, Pastora do Socorro Teixeira. Responsabilidade pública ou diálogo deliberativo: a cooperação como proteção do acesso à justiça, do contraditório e dos direitos fundamentais na solução dos conflitos. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 191-216, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

JORDÃO, Eduardo Ferreira; CUNHA, Luiz Filipe Esteves. O TCU, os particulares contratos pela administração e a jabuticaba: a excepcionalidade da orientação atual do tribunal do direito comparado. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 217-250, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

BOMTEMPO, Eugênio Moraes; CARMONA, Paulo Cavichioli. A solidariedade social da pandemia de Covid-19. A&C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Belo Horizonte, v.22, n.89, p. 251-276, jul./set. 2022. ISSN 1516-3210.

#### Fórum de Contratação e Gestão Pública, n. 251

---

NOGUEIRA, Augusto. Legalidade da cobrança de taxa dos fornecedores pela utilização de portal de licitação privado após a revogação da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Lei Geral do Pregão. Análise sob a perspectiva da Nova Lei de Licitações - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 13-26, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. Controle interno dos municípios: a situação atual. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 27-33, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Objeto social incompatível versus atestados compatíveis. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 35-39, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

FERREIRA, Marcelo Benetele. Consensualidade e a administração pública brasileira. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 41-58, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

MENEZES, Tales Diego de. Da possibilidade de alteração do contrato administrativo quando da necessidade de modificação da forma e/ou metodologia do pagamento. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 59-65, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

FÉ, Valmir Messias de Moura; VASCONCELOS, Cleython da Silva. Administração pública e gestão por competência: teorias, críticas e implicações psicológicas para o trabalhador. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 67-99, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação Direta de Inconstitucionalidade - Direito Constitucional e Financeiro - Educação - Arts. 26, I, e 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007 do Estado de São Paulo - Cômputo de despesas com previdência e inativos para efeito de cumprimento de vinculação constitucional orçamentária em educação - Competência para edições de normas gerais de educação já exercida pela União - Impossibilidade de lei estadual dispor do assunto de forma diversa - Violação dos arts. 22, XXIV, 24, IX §1º §4º; 212 caput, e 167, VI - Ação julgada parcialmente procedente. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade no 5.719/SP. Relator: Edson Fachin. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 101-113, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Honorários contratuais - Retenção - Verbas do FUNDEF/FUNDEB - Impossibilidade - ADPF nº 528 - Observância - Juros de mora - Autonomia - Pagamento - Viabilidade. STJ- Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.369.724/AL (2018/0248618-3). Relator: Gurgel de Faria. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 115-120, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Ato impetrado: multa administrativa prevista na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em razão da celebração de aditivo contratual enquanto vigente sanção de proibição de participar de licitação e contratar com o poder público (Lei nº 8.666/1993, art. 87, III) - Aditivo contratual assinado anteriormente à notificação pessoal da sanção aplicada com base na Lei de Licitações - Não configuração da conduta vedada na Lei Anticorrupção - Recurso Ordinário provido - Segurança concedida - Afastamento da pena de multa. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 64.381/ES (2020/0221063-0). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 121-127, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Ação Cautelar - Estado da Bahia - Inadimplência - Inscrição no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) - Contrato celebrado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Pagamento dos serviços ajustados com a empresa pública - Discussão no âmbito de ação de rito ordinário anteriormente proposta - Contratação de aporte financeiro com o Banco do Brasil S.A. destinado à prestação de serviços públicos essenciais (art. 25, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 26 da Lei nº 10.522/2002) - Suspensão da inadimplência - Pedido procedente - Liminar confirmada. TRF 1ª R- Tutela Cautelar Antecedente nº 0043958-46.2015.4.01.0000. Relator: Daniel Paes Ribeiro. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 129-135, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Execução contratual - Prestação de serviços de limpeza e conservação - Fornecimento de equipamentos e materiais - Notas fiscais emitidas - Pagamento fora da ordem cronológica - Inadmissibilidade - Prejuízos financeiros - Tratamento isonômico entre fornecedores e prestadores - Art. 5º da Lei nº 8.666/1993 - Manutenção da sentença - Remessa Oficial desprovida. TRF 1ª R- Remessa Necessária Cível nº 1005064-65.2021.4.01.3300. Relator: Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 137-143, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. [Jurisprudência] Consulta formulada pelo Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal - Dúvidas a respeito da utilização dos recursos recebidos com base na Lei nº 14.172/2021 - Lei que visa aumentar o acesso de alunos à internet para diminuir os impactos negativos da Covid-19 no sistema educacional - Conhecimento - Respostas. TCU- Processo nº 006.959/2022-9. Relator: Walton Alencar Rodrigues. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 145-165, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 28). Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.251, p. 187-189, nov. 2022. ISSN 1676-5826.

## Interesse Público, v. 24, n. 135

---

RECK, Janriê Rodrigues; BRUCH, Tiago Bruno. A política pública de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S) enquanto objetivo do Estado social. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 17-42, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

MONTEIRO, Gustavo Tavares; OLIVEIRA, Assis da Costa. Perspectiva de uma administração pública consensual a partir da Lei nº 8.972/2020 do Estado do Pará. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 43-58, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BERLANDI, David Luiz Pereira. Responsabilidade da comissão e do agente de contratação diante de irregularidade no procedimento licitatório. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 75-94, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

GONÇALVES, Cláudio Cairo; ARGOLO, Vitória Mustafá; SANTANA, Camila Leão. Algumas anotações sobre as alterações da Lei de Improbidade e o Tema 1.199 julgado do STF. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 95-111, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

SIMON, Pedro Fülber. Os efeitos da sentença penal absolutória na ação de improbidade administrativa: uma proposta de interpretação ao novo artigo 21, §4º, da Lei nº 8.429/92. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 113-131, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

ROCHA, Pedro Felipe de Oliveira. Definitividade do fato presumido e norma da restituição na substituição tributária progressiva. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 135-161, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

SANTOS, Caio Victor Ribeiro dos. Controle externo de desestatizações: circunstâncias materiais que influenciam o exame de mérito do TCU e convalidação do sistema de controle prévio pela Lei nº 13.448/2017. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 165-183, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

PRÉTOLO, Gabriel. O fundo de universalização dos serviços de telecomunicações: desafios para o custeio de políticas públicas de telecomunicações. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 187-212, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Artigo 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde - SUS). Requisição administrativa de bens e serviços para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias. Interpretação conforme a Constituição - Vedação a que um ente federado requirite bem ou serviço de outro - Entendimento jurisprudencial da Suprema Corte consolidado no decorrer da Pandemia da Covid-19 - Ofensa a autonomia do ente federado e ao pacto federativo - Princípio do federalismo cooperativo - Cooperação e horizontalidade - Procedência do pedido. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.454/DF. Relator: Dias Toffoli. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 215-240, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.



BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Proposta de revisão do entendimento firmado no Tema Repetitivo nº 692/STJ (REsp. nº 1.401.560/MT) - Art. 927, §4º, do CPC/2015 - Arts. 256-S, 256-T, 256-U e 256-V do RISTJ - Devolução de valores de benefícios previdenciários recebidos por força de decisão liminar posteriormente revogada - Advento de nova legislação - Art. 115, inc. II, da Lei nº 8.213/1991, com a redação dada pela Lei nº 13.846/2019 - Tema nº 799/STF (ARE nº 722.421/MG): possibilidade da devolução de valores recebidos em virtude de tutela antecipada posteriormente revogada - Natureza infraconstitucional - Questão de ordem julgada no sentido da reafirmação, com ajustes redacionais, do precedente firmado no Tema Repetitivo nº 692/STJ. STJ - Petição nº 12.482/DF (2018/0326281-2). Relator: Og Fernandes. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 241-252, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Fornecimento de remédio pelo Poder Público - Ação civil pública em que o Parquet autor postula a obtenção de medicamento para um específico paciente e para outros tantos que venham a comprovar quadro clínico assemelhado - Acórdão recorrido que afirma a impossibilidade de se proferir decisão com eficácia subjetiva ampliada - Entendimento que diverge da compreensão do STJ sobre o tema - Eficácia erga omnes reconhecida em favor de outros indivíduos que venham a demonstrar a necessidade de utilizar o mesmo medicamento - Recurso do Estado de Santa Catarina desprovido. STJ - Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.377.135/SC (2013/0096994-6). Relator: Sérgio Kukina. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 253-257, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Recurso ordinário em mandado de segurança - Impetração por órgão sindical e por órgão associativo - Defesa do interesse de candidatos aprovados - Falta de legitimidade. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 66.687/PB (2021/0174813-2). Relator: Mauro Campbell Marques. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 259-263, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Programa farmácia popular do Brasil - Sistema DATASUS - Índícios de irregularidades - Suspensão temporária de acesso e dos pagamentos - Possibilidade - Medida preventiva - Previsão legal - Demora da Administração na instauração e conclusão do procedimento administrativo - Duração razoável do processo - Ilegalidade - Restabelecimento da conexão ao sistema, até o julgamento do respectivo processo administrativo - Possibilidade - Apelação provida - Sentença reformada - Agravo Interno prejudicado. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 1006734-32.2021.4.01.3400. Relatora: Daniele Maranhão Costa. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 265-271, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Militar - Conversão de licenças especiais não gozadas em pecúnia - Repercussão positiva no soldo - Remessa necessária e apelação providas. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 5003023-64.2018.4.02.5101/RJ. Relatora: Vera Lúcia Lima da Silva. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.135, p. 273-281, set./out. 2022. ISSN 1676-8701.

## Revista de Direito Ambiental, v.27, n. 108

DANTAS, Juliana de Oliveira Jota. Da participação e fundamentação decisória como fatores de legitimidade na tutela ambiental. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 21-43, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

OLIVEIRA, Celso Maran de et al. Ministério Público como promotor da democracia participativa ambiental: análises de experiências no município de São Carlos-SP. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 45-68, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e deveres de proteção climática na Constituição Brasileira de 1998. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 71-108, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

CIRNE, Mariana Barbosa; BERNARDES, Nathalia Peres. O problema de discricionariedade no projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 111-136, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

LOPES, Maryângela Ribeiro de Aquino Lira et al. Gestão e eficácia da compensação financeira pela exploração mineral em municípios baianos. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 139-161, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

LEUZINGER, Marcia Dieguez; SILVA, Solange Teles da. Sargassum: para além dos danos, uma questão de prevenção e oportunidades. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 163-184, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

VIEIRA, Luciane Klein; CABRAL, Nathália Kovalski. Os reflexos da agenda ambiental brasileira no Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 187-222, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

FREITAS, Luis Ricardo Lemes; BERWIG, Juliane Altmann. Desenvolvimento sustentável como princípio constitucional na gestão dos resíduos sólidos: uma análise jurisprudencial quantitativa. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 225-246, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

CARVALHO, Luciana Faria de; ROSSIGNOLI, Marisa; OLIVEIRA, Bruno Bastos de. Gestão urbana versus mercado na periferia: o direito à cidade inclusiva como fator estrutural de desenvolvimento sustentável. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 247-274, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

MARRARA, Thiago. Regionalização do saneamento básico no Brasil. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 275-290, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. É dever do Poder Executivo assegurar o funcionamento e alocar anualmente os recursos no fundo clima, sendo proibido eu contingenciamento. Relator: Roberto Barroso. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 295-299, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. São inconstitucionais decretos presidenciais que extinguem a participação popular na composição dos órgãos ambientais para formulação de políticas públicas ambientais. Relatora: Cármen Lúcia. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 300-303, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. É inconstitucional resolução que revoga outras normas, do mesmo órgão regulador, que tratam da supressão de marcos regulatórios ambientais em áreas de preservação permanente. Relator: Rosa Weber. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 304-309, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução 491/2018 do Conama é considerada constitucional, entretanto, nova forma com aperfeiçoamento deverá ser editada no prazo de 24 meses. Relator: André Mendonça. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 310-314, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Interpretação de artigo de constitucional estadual que retira a competência dos municípios para regular e executar o licenciamento ambiental em atividades de interesse local é inconstitucional. Relator: Luís Roberto Barroso. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 315-318, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Normas que simplificam a obtenção de licença ambiental para empreendimentos com impactos ambientais são inconstitucionais. Relator: Herman Benjamin. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 319-322, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decreto legislativo que autoriza o Poder Executivo a implantar usina hidrelétrica em área de comunidades indígenas, antes da oitiva das pessoas afetadas deve ser considerado institucional. Relator: Alexandre de Moraes. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 323-325, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Plano de manejo para prevenção e precaução de danos ambientais em unidades de conservação é dever do Estado, sendo possível o controle judicial de políticas públicas. Relator: Herman Benjamin. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 329-334, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Exercício de atividade empresarial poluída destinada à fabricação de produtos para comercialização caracteriza acidente de consumo, reconhecendo a figura de consumidor por equiparação. Relatora: Nancy Andrighi. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v.27, n.108, p. 335-338, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Mantido o embargo de obra iniciada sem licença ambiental, alegando inércia e morosidade do órgão público no deferimento da autorização. Relator: Herman Benjamin. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 339-341, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Investigação do nexo causal entre a conduta omissiva do ente estatal e suas obrigações ambientais, ao invés do respectivo dano não é considerada inovação recursal. Relator: Og Fernandes. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 342-345, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Necessidade de imposição prévia da pena de advertência antes da aplicação da multa administrativa ambiental é tema discutido em sede de recursos repetitivos. Relatora: Regina Helena Costa. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 346-348, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Empresa que extrai minério de forma irregular é condenada ao ressarcimento integral do valor obtido com a lavra e não só aos custos operacionais, por estar enriquecendo-se ilicitamente. Relator: Sérgio Kukina. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 349-352, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. É cabível indenização por danos ambientais morais coletivos e danos ambientais intercorrentes em área de preservação permanente, pois presentes elementos objetivos de significativa e duradoura lesão ao meio ambiente. Relator: Og Fernandes. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 353-356, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

SQUEFF, Tatiana Cardoso; CARRIJO, Augusto Guimarães; OLIVEIRA, Laura Marques de. Amicus curiae ao caso pueblos indígenas Tagaeri y Taromenane vs Ecuador. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v.27, n.108, p. 359-379, out./dez. 2022. ISSN 1413-1439.

## Revista de Direito Civil Contemporâneo, v. 9, n. 33

---

PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; SCHINEMANN, Caio César Bueno. Autonomia patrimonial e abuso da personalidade jurídica na Lei da Liberdade Econômica. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 31-49, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

STEINER, Renata Carlos. Contratos de longa duração e quebra de confiança: a extinção por “compelling reasons”. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 51-79, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

ANDRADE JR, Luiz Carlos de; LIMA, Marcelo Chiavassa de Mello Paula. Disciplina da usura no Direito Civil brasileiro. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 81-121, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

SILVA, Joseane Suzart Lopes da. Sharenting comercial e a violação aos direitos da personalidade das crianças: a responsabilização diante do uso indevido de dados pessoais e da publicidade abusiva exploradora de consumidores, por equiparação, hiper vulnerabilizados. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 123-157, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

PEREIRA, Paulo Sérgio Velten; SILVA, Rodrigo Dutra da. Sobre-estadia de contêiner no contrato de transporte marítimo: a regulação no direito brasileiro e a necessária revisão dos modelos jurídicos jurisdicionais vigentes. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 159-187, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

BASTOS, Daniel Deggau; SILVA, Rafael Peteffi da. O movimento de expansão da product liability estadunidense e o Restatement (Second) of Torts. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 189-223, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

RAMOS, Vitor Lia de Paula; PETERSEN, André Barros Bolzani; JACQUES, Luísa Dresch da Silveira. A relevância da manutenção predial para a aferição da responsabilidade civil do construtor: entre a engenharia civil, os tribunais e o direito. Revista de Direito Civil Contemporâneo, São Paulo, v.9, n.33, p. 225-262, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

GOZZO, Débora; SANTIAGO, Maria Carolina Nomura. Regime da separação legal de bens na união estável: impossibilidade de aplicação por analogia. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 263-283, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

ROULAND, Norbert. Eu ouvi Direito Romano?. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 287-293, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

BLÁZQUEZ, Guillermo Suárez. Programas filantrópicos de alimentos imperiales: una razón de Estado. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 295-314, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

MORATO, Antonio Carlos. Legitimidade de entidade para cobrança coletiva de direitos patrimoniais do autor referente a seus filiados e representados (parecer). *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 317-351, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

CHATEAUBRIAND, Assis. O conceito do direito. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 355-375, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. Breve nota bio-bibliográfica: Assis Chateaubriand e o conceito de Direito. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 377-379, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

SANTOS, Victor Augusto Machado. Comentários ao RJET (Lei 14.010/2020) pelos autores do anteprojeto, organizado por Antonio Anastasia, Dias Toffoli e Simone Tebet. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 383-393, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

POZZATI, Giovanna Bruna. Tutela específica das obrigações contratuais, por Daniel de Pádua Andrade. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 395-405, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Cláusula contratual que prevê pagamento antecipado de indenização a representante comercial por rescisão imotivada é considerada ilegal. Relatora: Nancy Andrighi. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 409-446, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Sociedade Empresarial – Exclusão de sócio minoritário – Cômputo da participação, no capital social, do sócio excluindo – Inadmissibilidade – Participação em votação de matéria que atinja interesses pessoais ou patrimoniais do quinhoeiro que é vedada, em observância ao princípio da moralidade e do conflito de interesses – Inteligência do art. 1.074 do CC. Relator: Luis Felipe Salomão. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, São Paulo, v.9, n.33, p. 447-473, out./dez. 2022. ISSN 23581433.

## Revista de Direito Constitucional e Internacional, v. 30, n. 134

---

FERNANDES, José Marcelo Leal de Oliveira. Fundamentação da decisão judicial e recursos repetitivos: uma análise crítica do entendimento adotado no Tema 339 de repercussão geral. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 11-29, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

OLIVEIRA JUNIOR, Egnaldo dos Santos. A (in)constitucionalidade da MP 984/20 ante a Lei Pelé (Lei 9.615/88): uma análise da disputa judicial entre a Globo Comunicação e Participações S.A. x Clube de Regatas do Flamengo. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 31-47, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

MATTAR, Daniela Costa Soares. Comentário ao acórdão: o papel do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas instituídas pela Constituição e não efetivas pelo poder público. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 49-58, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

MUNIZ, Samuel Levy Braga; COURA, Alexandre de Castro. Democracia participativa: a rejeição do constituinte derivado pelas vias diretas de participação popular no processo legiferante pós-redemocratização. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 59-73, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

VICENTE, Luciano Rosa. O direito ao esquecimento pela lente da fraternidade. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 75-94, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

ARAUJO, Tatyane Maria Lins de. Princípio da separação dos poderes sob uma perspectiva contemporânea: Poder Judiciário e o viés político na concretização de políticas públicas. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 95-107, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

RIBEIRO, Rodrigo Marchetti. Uma breve investigação sobre o regime interno da Câmara dos Deputados (RICD), a Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950) e a Constituição Federal de 1988 na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 109-131, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de; MARTINS, Joana D'Arc Dias; MARCHERI, Pedro Lima. Adjetivação social da segurança pública: progresso constitucional na visão moderna dos direitos sociais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 133-154, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

ARRUDA, Cleide Alves de; LAZARI, Rafael de. Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais: uma abordagem sobre a educação e o exercício da cidadania. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 155-177, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

QUEIROZ, Letícia Bezerra Duarte de. Infiltração policial no âmbito virtual como meio de combate à violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes: um estudo a partir da experiência estadunidense. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 179-193, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

VILELA, Rafaella Moura; FARIA, Marina Zava de. A evolução dos direitos humanos no Brasil. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 197-220, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

SUBTIL, Leonardo de Camargo; FONSECA, Vinícius de Azevedo. O procedimento de citação em ações de responsabilização de corporações transnacionais por violação de direitos humanos no Brasil: o caso união v. indústria do tabaco. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v.30, n.134, p. 223-246, nov./dez. 2022. ISSN 1518-272X.

## Revista de Direito do Consumidor, v.31, n.144

---

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz. O processo judicial de repactuação das dívidas: modelo brasileiro de mínimo existencial instrumental. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 17-35, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

CATALAN, Marcos. A espiral do endividamento: reflexões sobre o Decreto 11.150/2022, infausto exemplo de política pública no Brasil. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 37-64, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

PALMEIRA, Carolina Silvino de Sá; BARCELLOS, Daniela Silva Fontoura de; BARLETTA, Fabiana Rodrigues. A vulnerabilidade da mulher e o superendividamento: uma face da feminização da pobreza. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 65-93, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

MACHADO, Diego; MENDES, Laura Schertel. A proteção dos dados sensíveis inferidos: um comentário ao Caso C-184/20 do Tribunal de Justiça Europeu. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 97-120, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

MAFFINI, Rafael; CARVALHO, Luciana Luso de. A atribuição do regime autárquico especial à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 123-157, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

OLIVEIRA, Dânton Hilário Zanetti de; SOUZA, Leonardo Rafael de; GIBRAN, Sandro Mansur. As assembleias digitais e a gestão cooperativa em tempos de Covid-19: um estudo de direito comparado sobre a proteção de dados pessoais nas legislações brasileira e argentina. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 159-181, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

WADA, Ricardo Morishita; IASBECH, José Rubens Battazza. Objetivos da política concorrencial brasileira e o abuso de posição dominante na era digital. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 183-211, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

MARTINS, Guilherme Magalhães; TOSTES, Eduardo Chow de Martino; NEVES, Edson Alvisi. O direito à água e os consumidores vulneráveis: um estudo de caso concreto da CEDAE durante a pandemia e o princípio da igualdade. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 215-231, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

HOLANDA, Danielle Spencer; FIGUEIRÊDO, Simone de Sá Rosa. Cobertura de acompanhante terapêutico escolar a paciente com transtorno do espectro autista no âmbito de contratos de planos de saúde. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 233-259, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

LIMA, Éfren Paulo Porfírio de Sá; VASCONCELOS, Maria ngela Paiva Müller de. O paradoxo do consentimento informado: autodeterminação em matéria de saúde versus autodeterminação informacional. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 261-292, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

PEREIRA, Isadora Machado; CAETANO, Fernando José Resende. O julgamento da ADI 6.727 e a proteção ao idoso contra o superendividamento. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 295-311, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

FARIA, Thaíssa Assunção de. A necessária atuação da Defensoria Pública diante do risco de superendividamento do consumidor idoso. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 313-348, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

ROSA, André Luís Cateli; FERREIRA, Jussara Suzi Assis Borges Nasser. A (in)constitucionalidade da capitalização de juros no Brasil e seus reflexos para os consumidores. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 349-369, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

SOARES, Ardyllis Alves. As políticas do turismo e da proteção do consumidor turista no Mercosul: uma perspectiva do bloco econômico em seus 30 anos. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 373-394, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

BRITO, Dante Ponte de; SANTOS, Lucas Emmanuel Fortes dos. A inteligência artificial (IA) das redes sociais como fator de indução ao superendividamento do usuário-consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 395-416, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

PAZINI, Claudio Ferreira. A ilegalidade da exigência das revisões de automóveis na rede de concessionárias autorizadas para manutenção da garantia. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 419-436, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

SCHMITT, Cristiano Heineck. A nova regra sobre o rol da ANS - comentários à Lei 14.454, de 21 de setembro de 2022. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 437-441, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

MENDES, Laura Schertel; GASIOLA, Gustavo Gil. Compartilhamento de dados na Administração Pública conforme a Constituição: comentários à decisão do STF (ADPF 695 e ADI 6.649). *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 445-455, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

D'AQUINO, Lúcia Souza. A execução de sentença em Ação Civil Pública de consumo ajuizada por associação: discussões a respeito do julgamento do Tema 948 pelo Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v.31, n.144, p. 457-464, nov./dez. 2022. ISSN 1415-7705.

## Revista de Direito Imobiliário, v.45, n.93

---

JACOMINO, Sérgio; CRUZ, Nataly. Gestão documental no registro de imóveis: a reforma da LRP pela Lei 14.382/2022. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 13-45, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

MIRANDA, Caleb Matheus Ribeiro de. Organizações religiosas. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 47-60, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

SANTOS, Carolina Marangoni dos. (In)validade do contrato de compra e venda como impedimento para a aquisição do imóvel pelo arrematante. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 61-78, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

COSTA JUNIOR, Francisco José de Almeida Prado Ferraz. A prática dos terrenos de marinha. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 79-111, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

COSTA JUNIOR, Francisco José de Almeida Prado Ferraz. Adjudicação compulsória extrajudicial: primeiras ideias. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 113-139, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

LAGO, Ivan Jacopetti do. A cognição do direito estrangeiro pelo registrador de imóveis brasileiro: o caso do regime de bens estrangeiro. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 141-159, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

OLIVEIRA, João Camilo Rodrigues de; RIBEIRO, Moacyr Petrocelli de Ávila. Da registrabilidade do contrato built to suit: apontamentos sobre o seu acesso ao registro de imóveis. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 161-190, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

RICHTER, Luiz Egon; PHILIPPI, Juliana Horn Machado. Inovação e segurança jurídica: a necessidade de regulação de criptoativos imobiliários e do uso da blockchain nas transações imobiliárias. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 191-228, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

LEMMI, Luiz Rodrigo. Sugestões para o aprimoramento da regularização fundiária. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 229-252, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

KERN, Marinho Dembinski. Condomínio tradicional, condomínio edilício e multipropriedade. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 253-303, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

ZANETTI, Adriana Freisleben de; RIBEIRO, Moacyr Petrocelli de Ávila. As interpretações para a incidência do ITBI, a função nomofilática da jurisprudência da Suprema Corte com as serpentes: dêiticos para a fiscalização tributária pelo registrador imobiliário. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 307-322, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

SIQUEIRA, Alexis Mendonça Cavichini Teixeira de; PENCHEL, Silvia Renata de Oliveira. Impostos sobre transferência onerosa de imóveis em uma perspectiva comparada: Brasil x Portugal. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 323-340, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

NOVAZ, Gian de Souza. A exigência da CND/INSS quando da averbação de construção. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 341-357, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

FERNÁNDEZ CABALLERO, Alicia Susana. Principios registrales y su reflejo en la legislación paraguaya. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 361-366, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

COPPOLA, Irene; CORDOBA, Lucila I. Sulla Agevolezza della scheda testamentaria olografa?. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 367-378, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

CASTILLO, Carlos. La anotación de los usos de suelo en el registro público de la propiedad y de comercio de la ciudad de México. *Revista de Direito Imobiliário*, São Paulo, v.45, n.93, p. 379-388, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Indeferido o pedido de tutela antecipada para registro de título imobiliário por ferir o princípio da especialidade subjetiva. Relator: Ricardo Anafe. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, v.45, n.93, p. 391-401, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Deferido o pedido de registro de título imobiliário de deverá fazer menção o compromisso de permuta, e na sequência a averbação da penhora dos direitos inscritos. Relator: Fernando Antonio Torres Garcia . Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, v.45, n.93, p. 403-415, jul./dez. 2022. ISSN 1413-4543.

## Revista de Direito Privado, v. 23, n. 114

---

SOARES, Daniela Oliveira. Análise da cláusula penal a partir de sua estrutura e função no sistema jurídico semiaberto. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 13-51, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

CAMARGO, João R B. O conceito de “terceiro interessado” para fins de sub-rogação pessoal com fundamento no art. 346, III do Código Civil. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 55-70, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

MARALDI, Maricy. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais: efetividade dos direitos fundamentais e a sua eficácia civil. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 73-90, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

BERNARDINA, Alexandre Caiado Ribeiro Dalla. A tutela jurídica da pessoa vulnerável à luz da teoria da incapacidade civil vigente após o estatuto da pessoa com deficiência. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 93-106, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

STIGERT, Célio. Fato jurídico, relações privadas e precedente jurisprudencial vinculante: interpretação, efeitos e consequências jurídicas. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 109-126, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

CARVALHO, Guilherme Luvizotto. Custeio da produção probatória em casos de inversão ou distribuição do ônus da prova. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 127-146, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

MAIA JÚNIOR, Mairan Gonçalves. O direito de propriedade e as restrições decorrentes da legítima. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 149-164, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

AGUIAR NETO, Francisco Silveira de. O sistema eletrônico de registros públicos e o direito probatório. Revista de Direito Privado, São Paulo, v.23, n.114, p. 167-187, out./dez. 2022. ISSN 1517-6290.

## Revista de Direito Tributário Contemporâneo, v. 7, n. 35

---

SOUZA, Tiago Clemente; SILVA, Hugo Albuquerque Laiola da. Análise da incidência do ISSQN nos contratos de streaming. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 15-30, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

GUIMARÃES, Bruno A François. A inviabilidade jurídica de exigência de cadastro no Cadastur para enquadramento de empresas do setor turístico no PERSE. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 31-47, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

PRIA, Rodrigo Dalla; SANTOS, Viviane Vieira dos. A cobrança de débitos tributários oriundos do regime simplificado de tributação (Simples Nacional). Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 49-77, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

CERQUEIRA, Marcelo Paulo Fortes de; ALMEIDA, Mariana Arita Soares de. A dedutibilidade de tributos depositados em ação judicial objeto de desistência e renúncia. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 79-92, out./dez. 2022. ISSN 25254626.



LINS, Robson Maia; OLIVEIRA, Victor Falcão Sande e. Coisa julgada em matéria tributária: efeitos das decisões que declaram a (in)constitucionalidade de tributos. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 93-110, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

OLIVEIRA JUNIOR, José Mauro; FERNANDES, Pablo Gurgel; FAVARO, Wanessa Felix. O ICMS e o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) nos contextos da microgeração e da minigeração distribuídas. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 111-133, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

PORTO, Roberta França; MARTINS, Fernanda Pereira. A impossibilidade de o estado de São Paulo aplicar norma antielisiva com base no parágrafo único do artigo 116 do CTN. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 135-152, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

MEDEIROS, Frederico Batista dos Santos. Imunidade tributária recíproca: Abrangência da norma jurídica imunizante às sociedades de economia mista. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 153-175, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

GÓNGORA, Paloma Nunes; SILVA, Tiago Carneiro da. A modulação dos efeitos pelos tribunais locais em observância aos princípios da segurança jurídica, da irretroatividade geral e da proteção da confiança. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 177-199, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

FREIRE, Marcos Egg. Ato cooperativo e tributação: uma análise sob a teoria das regras de Gregorio Robles. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 201-224, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

TONELLI, Thiago Moraes; CARVALHO, Osvaldo Santos de. A prescrição intercorrente nos casos de parcelamento do crédito tributário. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 225-240, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

LUNA, André. Viabilidade da tributação do streaming pelo ICMS Comunicação. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 241-268, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

SILVA, Frederico Silveira e; LINS, Robson Maia; FERNANDES, Pablo Gurgel. Fraude à execução fiscal tributária e negócios jurídicos imobiliários: na era dos “precedentes vinculantes”, um tema a ser reexaminado?. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 269-289, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. É inconstitucional norma que prevê a incidência do IR sobre pensões alimentícias, uma vez que os valores não constituem acréscimo patrimonial. Relator: Dias Toffoli. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 293-299, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Fixação da tese de que é constitucional a lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do Confaz, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais. Relator: Luís Roberto Barroso. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, São Paulo, v.7, n.35, p. 301-307, out./dez. 2022. ISSN 25254626.

## Revista de Processo, v. 47, n. 334

---

PUGLIESE, William Soares; KLEINERT, Vitor Gabriel. Modulação dos efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal e impermeabilidade da coisa julgada. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 17-46, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

ROMANI, Caio Augusto Tedesco. Desnecessidade, inutilidade e inadequação do Projeto de Lei 533/2019: uma análise interdisciplinar. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 49-64, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

FERNANDES, Eduardo Metzker; REZENDE, Elcio Nacur. A necessidade de aperfeiçoamento do instituto da citação eletrônica: uma abordagem à luz do devido processo legal sob a ótica do direito processual civil contemporâneo. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 65-82, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

- REINA, Katia Vilhena. O dever-poder instrutório do juiz. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 85-101, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- AUFIERO, Mario Vitor M. Gerenciamento processual, estrutura procedimental e a importância da audiência preparatória: perspectivas em direito comparado. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 103-129, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- MELO, Gustavo de Medeiros. Redirecionamento da execução civil contra os fiadores profissionais: uma leitura sistemática do § 5º do art. 513 do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 133-153, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. Aspectos relevantes do recurso especial interposto contra o acórdão que julga incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 157-184, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- THAMMAY, Rennan; SEIXAS, Bernardo Silva de. A arguição de relevância do recurso especial. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 185-203, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. Dos litígios estruturais à negociação coletiva: a fase de planejamento em perspectiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 207-228, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- OLIVEIRA, Pedro Miranda de; VIEIRA, Felipe da Silveira. O (in)cabimento de honorários advocatícios no incidente de desconsideração da personalidade jurídica. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 231-254, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- GONÇALVES, Tiago Figueiredo; DELBONI, João Rafael Zanotti Guerra Frizzera. Anotações sobre o transporte de técnicas processuais a partir da ação de dissolução parcial da sociedade. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 255-278, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- BOSCATTO, Bianca Mendes Pereira Richter. Valor dos precedentes no Brasil e na Itália: cotas comparativas. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 281-299, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- POSADA, Francisco Emilio de Carvalho. Modulação espacial dos efeitos das decisões judiciais: uma possibilidade. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 301-325, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- GONÇALVES, Mauro Pedroso. A estrutura dos precedentes vinculantes após o Superior Tribunal de Justiça impedir o cabimento de reclamação para impugnar a aplicação de tese de recursos repetitivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 327-347, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão; BARROS, Janete Ricken Lopes de. A força normativa dos atos do CNJ e o tratamento dos precedentes: Recomendação 134/2022. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 349-362, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- STADLER, Astrid; KOCHER, Ronaldo; ALFF, Hannah Pereira. Third party funding em litígios coletivos na Alemanha: partes empreendedoras - maldição ou benção?. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 365-387, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- BECERRA, Eduardo de Carvalho. Jurisdição a distância: ressignificação da relação entre jurisdição e território. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 391-410, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- COSTA, Rosalina Moitta Pinto da; MOURA, João Vitor Mendonça de. Descortinando novos caminhos para um sistema multiportas de execução no Brasil: “há vários caminhos até a montanha”. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 413-437, dez. 2022. ISSN 0100-1981.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Bloqueio de recursos público para o pagamento de verbas trabalhistas devidas a empregado público é inconstitucional, por ofender o princípio da legalidade orçamentária. Relator: Edson Fachin. *Revista de Processo*, São Paulo, v.47, n.334, p. 441-442, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Inaplicabilidade do critério de tarificação para a fixação da verba honorária na sentença que extinguiu a execução fiscal, tendo em vista a não identificação da relação direta de causa e efeito entre a atuação do advogado e o proveito econômico obtido pelo seu cliente. Relator: Gurgel de Faria. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 443-444, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Vida luxuosa de devedor que se diz falido justifica medida atípica. Relator: Marco Buzzi. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 445-446, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Não é cabível oposição para substituir parte na demanda principal, mas pode ser aproveitada como ação conexa. Relator: Paulo de Tarso Sanseverino. Revista de Processo, São Paulo, v.47, n.334, p. 447-449, dez. 2022. ISSN 0100-1981.

## Revista dos Tribunais, v. 111, n. 1046

---

REALE, Miguel. A filosofia do direito e as formas do conhecimento jurídico. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 43-64, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

ABBOUD, Georges; MENDES, Gilmar Ferreira. Ativismo judicial: notas introdutórias a uma polêmica contemporânea. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 67-76, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

JUSTEN FILHO, Marçal. Teoria das nulidades no direito administrativo. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 79-88, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

MARTINS-COSTA, Judith. Os regimes do dolo civil no Direito brasileiro: dolo antecedente, vício informativo por omissão e por comissão, dolo acidental e dever de indenizar. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 91-113, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

SOUZA, Luciano Anderson de; YANG, Eloisa. Direito Penal e Sociedade 5.0. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 117-124, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

MOSSOI, Alana Caroline; MEDINA, José Miguel Garcia. Os obstáculos ao processo estrutural e decisões estruturais no direito brasileiro. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 127-145, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 147-164, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

ALVIM, Teresa Arruda. Uma novidade perturbadora no CPC brasileiro de 2015: a modulação. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 165-193, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

ALVIM, Arruda; GUEDES, Clarissa Diniz. Produção antecipada de prova e juízo arbitral. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 197-211, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

CAMBI, Eduardo; KICHILESKI, Gustavo Carvalho. Whistleblowing no Pacote Anticrime. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 215-238, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

RODRIGUES, Carlos Alexandre. A uberização das relações de trabalho. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 241-266, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; AMARAL, Gustavo Henrique de Oliveira. O administrador judicial: uma análise à luz do direito comparado. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 269-292, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

PISCITELLI, Tathiane. Os desafios da tributação do comércio eletrônico. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 295-314, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

MARQUES, Claudia Lima. Criança e consumo: contribuição ao estudo da vulnerabilidade das crianças no mercado de consumo brasileiro. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 317-341, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

PINHEIRO, Patricia Peck Garrido. Direito digital: da inteligência artificial às legaltechs. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 345-356, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

TONIN, Alexandre Baraldi. Compliance: uma visão do Compliance como forma de mitigação de responsabilidade. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 359-377, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – “Marcha da Maconha” – Decisões judiciais que proíbem a manifestação de cidadãos para a legalização das drogas, com fundamento no art. 287 do CP – Insurgência autônoma contra atos públicos que importem dano efetivo ou potencial aos direitos de reunião e à livre expressão do pensamento, preceitos constitucionais fundamentais – Admissibilidade – Ocorrência de múltiplas interpretações da norma penal pré-constitucional que determina a utilização do instrumento viabilizador da interpretação conforme à Constituição – Observância ao princípio da subsidiariedade que se impõe – Inteligência do art. 4.º, § 1.º, da Lei 9.882/1999. Relator: Celso de Mello. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 383-411, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Análise da viabilidade econômica do plano recuperador pelo Judiciário, após a aprovação da assembleia de credores – Inadmissibilidade – Magistrado que deve exercer o controle das exigências legais do plano de recuperação, mas não a fiscalização da possibilidade econômica da empresa – Questão, ademais, que não é propriamente jurídica, pois se insere na seara negocial da medida. Relator: Luis Felipe Salomão. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 412-417, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Admissibilidade – Lei do Estado do Ceará que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural – Embora seja expressão da cultura local, verifica-se situação de inequívoca crueldade contra animais, pois eles são enclausurados, açoitados e agarrados até cair – Configuração de maus-tratos, não permitindo a prevalência do valor cultural – Preservação da fauna, ademais, que se impõe. Relator: Marco Aurélio. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 418-428, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. É constitucional o compartilhamento de relatórios de inteligência financeira para fins criminais, sem prévia autorização judicial, desde que resguardado o sigilo das informações. Relator: Dias Toffoli. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 429-445, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Cabe dano moral por compartilhamento de banco de dados de informações pessoais e sigilosos sem prévia comunicação do consumidor por violação ao dever de informação e ofensa aos direitos da personalidade. Relatora: Nancy Andrighi. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 449-455, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Admissibilidade de alteração de nome e de gênero no registro civil, independentemente da realização da cirurgia de alteração de sexo, em face do princípio da dignidade da pessoa humana, que tem vertentes na questão da cidadania, da personalidade, da saúde física e psíquica do indivíduo. Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 456-466, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. É inconstitucional lei que cria taxa de segurança pública estadual, pois esse serviço deve ser remunerado mediante impostos. Relator: Nunes Marques. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 471-486, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Falecimento do titular de programa de fidelidade aérea gratuito pode acarretar cancelamento dos pontos. Relator: Moura Ribeiro. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 489-503, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Usucapião pode ser reconhecida, ainda que somente metade do imóvel seja adquirido. Relator: Ricardo Villas Bôas Cueva. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 504-521, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Afastada a condenação de empresa ao pagamento de danos morais por assédio moral praticado em grupo de WhatsApp não corporativo. Relator: Alexandre Agra Belmonte. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 525-531, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Autorizada a demolição de edificação situada sobre faixa de domínio non aedificandi de ferrovia, caracterizando o esbulho possessório e a flagrante irregularidade da construção. Relator: Luiz Antonio Bonat. Revista dos Tribunais, São Paulo, v.111, n.1046, p. 535-536, dez. 2022. ISSN 0034-9275.

## Revista Fórum Justiça do Trabalho, v. 39, n. 467

---

CLAUS, Ben-Hur Silveira. Tutela provisória no processo do trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 11-40, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. A função precípua do direito do trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 41-62, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

DORNELES, Leandro do Amaral D de; VARGAS, Breno Hermes Gonçalves. “Ciência da legislação laboral” e segurança jurídica: um diálogo entre o clássico e o contemporâneo em tempos de mudanças no direito social. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 63-94, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

SITTONI, Martha Macedo; SÁ, Sabrina Raabe de. O contrato de franquia e suas implicações à luz do direito do trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 95-112, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Responsabilidade subsidiária - Contrato de facção - Configuração - Ausência de ingerência administrativa e de exclusividade. TST- RR Ag-20881-16.2015.5.04.0008. Relator: Dezena da Silva. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 115-130, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Embargos de terceiro - Bem de família - Imóvel pertencente à pessoa jurídica executada - Terceiro possuidor direto - Possibilidade de penhora. TST- RR-0020701-43.2019.5.04.0401. Relatora: Katia Magalhães Arruda. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 131-141, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. [Jurisprudência] Homologação de acordo extrajudicial - Observância dos requisitos previstos nos artigos 855-B a 855-E da CLT - Expedição de alvará pertinente a valores submetidos a outra jurisdição. TRT 3ª R - 0010141-95.2022.5.03.0035 ROT. Relator: Antônio Neves de Freitas. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.467, p. 143-148, nov. 2022. ISSN 0103-5487.

## Revista Jurídica, n. 542

---

MAZZEI, Rodrigo Reis; COUTINHO, Patricia Ribeiro. A interpretação do negócio jurídico a partir do comportamento das partes. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 9-19, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

CARNEIRO, Jacques Eduardo Simão. A prevalência das prerrogativas do advogado militar inativo no exercício do múnus profissional. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 21-45, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

LEITE, Gisele. Impacto da pandemia de Covid-19 no direito civil brasileiro. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 47-58, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

NÚÑEZ NOVO, Benigno. Entre discursos e práticas: a construção do ódio e da violência a pessoas transexuais no Brasil. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 59-77, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Direito administrativo, desprovimento do agravo interno - Manutenção da decisão recorrida - Negligência médica - Natimorto - Danos morais e materiais - Pensão vitalícia - Embargos de declaração acolhidos em parte com efeitos modificativos - Omissão - Honorários recursais - Embargos de declaração acolhidos para afastar a condenação. STJ- EDcl-EDcl-AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1905617. Relator: Francisco Falcão. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 79-88, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Agravo interno no agravo em recurso especial - Execução - Inadimplemento de contratos de mútuo - Decisão de condenação ao pagamento de multa e deferimento de penhora de bens que guarnecem a residência - Embargos de declaração - Omissão, contradição ou obscuridade - Não ocorrência - Violação do art. 489 do CPC/2015 - Inocorrência - Prequestionamento - Ausência - Súmula nº 211/STJ - Fundamento do acórdão não impugnado - Súmula nº 283/STJ - Bem de família - Impenhorabilidade de móveis na residência - Exceções - Veículos de transporte, obras de arte, adornos suntuosos, bem como aqueles em duplicidade - Harmonia entre o acórdão recorrido e a jurisprudência do STJ. STJ- AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 2095571. Relatora: Nancy Andrighi. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 89-99, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual civil - Ação rescisória - Acórdão do TJMA - Ação de adoção post mortem - Legitimidade ativa da União - Competência deste TRF da 1ª Região - Colusão entre as partes para fraudar a lei - Possibilidade de ocorrência. TRF 1ª R- Ação Rescisória nº 0000651-71.2017.4.01.0000. Relator: Jirair Aram Meguerian. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 101-112, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança originário - Processual civil - Decisão judicial - Não conhecimento de recursos extraordinário e especial - Prazo de 120 dias escoado - Decadência da impetração. TRF 4ª R- Mandado de Segurança (Seção) nº 5044123-14.2021.4.04.0000/RS. Relator: Luiz Antonio Bonat. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 113-118, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso ordinário em habeas corpus - Crimes de associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de capitais (arts. 288 e 317, § 1º, ambos do Código Penal; e art. 1º da Lei nº 9.613/1998) - Medidas de busca e apreensão - Alegação de nulidade - Teoria dos frutos da árvore envenenada - Origem em colaboração premiada contrária à lei - Alegação de ilicitude da prova, por derivação - Pedido de desentranhamento de todos os elementos indiciários produzidos na colaboração premiada e das demais provas derivadas, com o retorno do feito ao status quo ante - Inocorrência das ilicitudes alegadas - Acordo de colaboração premiada validamente celebrado - Insubistência da tese alusiva à limitação do objeto da delação aos crimes de organização criminosa ou praticados no seu contexto - Evolução histórica do instituto da colaboração premiada no direito brasileiro - Do direito premial à Justiça Penal negocial - Licitude atrelada à voluntariedade das partes e à competência dos órgãos atuantes - Narrativa de crimes não relacionados aos que deram origem às tratativas da colaboração - Encontro fortuito de provas - Aproveitamento - Precedentes - Validade da medida de busca e apreensão - Insuficiência da tese defensiva de prova ilícita por derivação - Medidas de instrução fundadas em elementos coligidos, também, em procedimento de investigação diverso da própria colaboração - Fonte autônoma - Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. STF- Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 219.193. Relator: Luiz Fux. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 141-180, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no habeas corpus - Execução penal - Pleito de reconhecimento da continuidade delitiva - Possibilidade - Crimes cometidos no mesmo dia e pelo mesmo modus operandi - Ausência de fundamentação idônea para afastar o vínculo subjetivo entre as condutas - Reconhecimento da continuidade delitiva. STJ- AgRg no Habeas Corpus nº 737.897. Relator: Olindo Menezes. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 181-195, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Processo civil - Embargos de declaração em apelação cível - Benefício suspenso por determinação judicial - Fraude apurada em sede criminal - Direito ao benefício não comprovado - Restabelecimento indevido - Efeito infringente - Impossibilidade - Recurso não provido. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0121253-58.2015.4.02.5101/RJ. Relator: Fabio de Souza Silva. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.542, p. 197-200, dez. 2022. ISSN 0103-3379.

## Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 19, n.111

---

EHRHARDT JR, Marcos; NETTO, Milton Pereira de França. O regime de responsabilidade civil aplicável à inteligência artificial no direito brasileiro. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 5-36, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson; FRANCO, Gastão Marques. A interpretação do silêncio na usucapião extrajudicial: eficácia procedimental ou violação ao devido processo legal?. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 37-55, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

RODRIGUES, Marco Antonio; SOUZA, Leonardo Vieira de. Da beligerância à plasticidade: a Fazenda Pública, os negócios jurídicos processuais antecedentes e a remodelação do contencioso fiscal. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 56-82, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

TARTUCE, Fernanda. Mediação extrajudicial para conflitos societários em empresas familiares. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 83-94, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

PEPINO, Flávia Fragale Martins. Julgador ou conciliador? O papel do juiz na conciliação na Nova Ordem de resolução de conflitos no Brasil. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 95-110, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida; RIBEIRO, Érica da Paz; BARBOSA, Eduardo Henrique de Oliveira. Carros autônomos: o problema dos estacionamentos e a proteção dos dados pessoais. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 111-132, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

CUNHA, Guilherme Antunes da; ALVAREZ, Lucas Gonzalez. As medidas atípicas do art. 139, IV, do CPC/2015: uma análise jurisprudencial. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 133-156, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Petições do recurso especial e do agravo em recurso especial impressas, assinadas manualmente por advogado em causa própria e digitalizadas - Protocolo efetuado - Advogado sem procuração nos autos em sistema de peticionamento de processo judicial eletrônico - Possibilidade - Cópia de documento juntado por advogado que faz a mesma prova que o original - Art. 425, VI, do CPC de 2015 - Recurso especial - Ausência de indicação dos dispositivos de lei tidos por violados - Súmula 284/STF. STJ- Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial nº 1.917.838. Relator: Luis Felipe Salomão. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 157-176, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Execução - Dupla interrupção do prazo - Protesto de título - Ajuizamento de ação de cancelamento de protesto e de título executivo - Impossibilidade - Princípio da unicidade da interrupção prescricional - Recurso provido. STJ- Recurso Especial nº 1.786.266. Relator: Antonio Carlos Ferreira. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 177-185, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Cumprimento de sentença - Responsabilidade pelo pagamento das despesas e honorários advocatícios - Discussão acerca da solidariedade entre os litisconsortes vencidos na demanda - Sentença que não distribuiu, de forma expressa, a responsabilidade proporcional das verbas de sucumbência - Reconhecimento da solidariedade que se impõe, a teor do art. 87, §§ 1º e 2º, do CPC/2015 - Benefício da justiça gratuita concedida a dois dos três litisconsortes - Irrelevância - Pleito de majoração dos honorários, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015 - Impossibilidade - Recurso especial parcialmente provido. STJ- Recurso Especial nº 2.005.691. Relator: Marco Aurélio Bellizze. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 186-194, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito sucessório - Testamento particular - Flexibilização de requisitos - Possibilidade - Necessidade, contudo, de equilíbrio entre o respeito às formalidades essenciais do testamento e o respeito à vontade do testador - Possibilidade de afastamento dos vícios puramente formais, que se relacionam apenas com aspectos externos do testamento - Impossibilidade de superação dos vícios formais-materiais, suscetíveis de contaminar o conteúdo e colocar em dúvida a real vontade do testador - Testamento particular escrito de próprio punho sem a presença e leitura perante nenhuma testemunha - Ausência, ademais, de circunstâncias excepcionais que justificassem a ausência das testemunhas - Ausência de prova técnica sobre a veracidade da assinatura atribuída à autora da herança - Testamento nulo - Dissídio jurisprudencial prejudicado pelo provimento. STJ- Recurso Especial Nº 2.005.877. Relatora: Nancy Andrighi. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.111, p. 195-204, nov./dez. 2022. ISSN 1807-0930.

## Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, v. 23, n. 136

---

BEM, Leonardo Schmitt de. Maus-tratos contra animais: algumas questões pontuais. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 9-18, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Injúria racial é racismo!. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 19-22, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

REINALDO FILHO, Demócrito. Prisão do réu é efeito automático da condenação pelo tribunal do júri: decisão do ministro Luiz Fux no caso da Boate Kiss respeita a soberania do júri popular. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 23-39, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

ROMANO, Rogério Tadeu. Os crimes de importunação sexual e assédio sexual diante de um caso concreto. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 40-50, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo regimental no Habeas Corpus - Estupro de vulnerável - Revisão criminal - Insurgência contra decisão da origem que indefere o pleito liminar - Efeito suspensivo - Surgimento de nova prova - Não cabimento - Súmula nº 691/STF - Agravo regimental desprovido. STJ - AgRg no Habeas Corpus nº 747.876 - MG (2022/0174902-1). Relator: Antonio Saldanha Palheiro. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 51-57, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Penal e processual penal - Recurso especial - Roubo - Interpretação da Súmula nº 545/STJ - Pretendido afastamento da atenuante da confissão, quando não utilizada para fundamentar a sentença condenatória - Descabimento - Ausência de previsão legal - Princípios da legalidade, isonomia e individualização da pena - Interpretação do art. 65, III, D do CP - Proteção da confiança (Vertrauensschutz) que o réu, de boa-fé, deposita no sistema jurídico ao optar pela confissão - Proposta de alteração da jurisprudência - Recurso especial desprovido. STJ - Recurso Especial nº 1.972.098 - SC (2021/0369790-7). Relator: Ribeiro Dantas. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 58-88, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso especial representativo de controvérsia - Direito penal e processo penal - Delito de roubo - Emprego de arma branca - Lei nº 13.654/2018 - Revogação do inciso I do § 2º do art. 157, do Código Penal (CP) - Novatio legis in melius - Não configuração de causa de aumento - Uso de fundamentação Transposição valorativa ou determinação nesse sentido - Impossibilidade - Discricionariedade do julgador - Circunstâncias do caso concreto - Não contrariedade aos entendimentos externados - Desprovimento do recurso - Firmamento das teses - Recurso desprovido. STJ - Recurso Especial nº 1921190 - MG (2021/0036401-9). Relator: Joel Ilan Paciornik. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 89-113, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Penal - Processual penal - Apelação criminal - Estelionato majorado (art. 171, § do CP) - Autoria, materialidade e elemento subjetivo do tipo comprovados - Dosimetria - Apelação parcialmente provida. TRF 1ª R - Apelação Criminal nº 0009798-72.2014.4.01.3801/MG. Relator: Néviton Guedes. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 114-125, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.



BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Penal - Processual penal - Apelação exclusiva da acusação - Sonegação fiscal - Dosimetria da pena mantida. TRF 2ª R - Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial nº CNJ: 0000335-63.2008.4.02.5103 (2008.51.03.000335-8). Relator: Marcello Ferreira de Souza Granado. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 126-134, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Penal - Processual penal - Contrabando de cigarros (CP, art. 334-A, § 1º, I e IV) - Princípio da insignificância - Grande quantidade de cigarros apreendidos (395.800 maços) - Inaplicabilidade - Atenuante de confissão espontânea - Agravante de paga ou promessa de recompensa - Compensação - Regime inicial aberto - Substituição da pena privativa de liberdade (CP, art. 44). Relator: André Nekatschalow. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 135-140, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Penal e processual penal - Crime ambiental - Apelação criminal - Pesca predatória - Art. 34 da Lei 9.605/1998 - Art. 36 da Lei 9.605/1998 - Materialidade, autoria e dolo - Comprovação - Insignificância - Inaplicabilidade - Dosimetria das penas - Manutenção. TRF 4ª R - Apelação Criminal nº 5027256-45.2019.4.04.7200/SC. Relator: Danilo Pereira Júnior. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 141-151, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Penal e processual penal - Agravo interno em revisão criminal - Alegação de acórdão condenatório ao texto expresso da lei penal - Inocorrência - Condenação criminal lastreada, principalmente, em provas documentais irrepetíveis - Texto do art. 155 do CPP que foi fielmente seguido - Agravo interno improvido. TRF 5ª R - Processo nº 0809529-96.2021.4.05.0000 - Revisão Criminal. Relator: Roberto Wanderley Nogueira. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 152-155, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

ALMEIDA, Ciro Augusto Amaral de; CURY, Tainah Fonte Boa Dornelas; BRUGNARA, Everson Soto Silva. Violência de gênero, proteção e inserção da mulher no Estado de direito: efetividade ou simbologia. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 177-196, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

RUAS, Jéssica Oliveira; SILVA, Raylane Cirqueira da. A legalização do aborto em fetos sindrômicos incompatíveis com a vida. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 197-205, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

SILVA, Stefania Maria da; SILVA, Jeniffer Lorraine Costa Sousa; RIBEIRO, Fernanda Prata Moreira. A retroatividade do acordo de não persecução penal frente ao direito intertemporal. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 206-224, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.

MARQUES, Mateus; MORAES, Guilherme; MELGAREJO, Bruna. Pedido de liberdade provisória. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Porto Alegre, v.23, n.136, p. 225-236, out./nov. 2022. ISSN 1519-1818.